



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

EDUARDO YAMINA AGOSTINHO

ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO
15+2 A PARTIR DO PARENTESCO

REDEÇÃO

2024

EDUARDO YAMINA AGOSTINHO

ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO 15+2 A
PARTIR DO PARENTESCO

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinícius Santos Dias Coelho

REDENÇÃO

2024

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA	9
3. PROBLEMATIZAÇÃO	10
4. OBJETIVOS.....	13
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
5.1 SOCIEDADE CÍVIL	15
5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA.....	16
5.3 MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁFRICA	18
5.4 ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA.....	19
5.4.1 OS 15+2 E O PARENTESCO	23
6. METODOLOGIA.....	25
REFERÊNCIAS	27

1. APRESENTAÇÃO

Embora, durante a presença colonial em Angola, tenha se registrado diversas formas de resistências a partir da luta contra a não efetivação do regime português, levada a cabo pelas chefias dos antigos reinos que ocupavam esse território e depois tenham existido movimentos nativistas, proféticos e messiânicos, as greves e desobediência civil para sua libertação, como tal, surgiram mais tarde com a tomada de consciência cultural em primeira instância e depois política como afirma Serrano (2008). Para o autor, os movimentos culturais forjam uma nova luta fazendo com que jovens estudantes africanos em Portugal como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade ganhassem consciência sobre o que é ser africano, angolano, guineense, moçambicano, santomense ou cabo-verdiano, através das agremiações juvenis culturais como a Liga Africana, o Centro de Estudos Africanos (CEA), a Casa de Estudantes do Império (CEI) que exerceram grande papel na conscientização cultural e política dos mesmos. Esses espaços permitiam discussões sobre as condições em que estavam enquanto estudantes em Portugal, sobre os efeitos da colonização em suas vidas, discriminação racial e social entre indígenas e assimilados contidas nas leis coloniais e os efeitos em seus países de origem, abrindo espaço para o nascimento do nacionalismo e o discurso da liberdade.

Foi assim que se partiu para tomada de consciência política ou verdadeiramente nacional, as fervorosas discussões geraram denúncias através das revistas Mensagem e Cultura, ambas editadas pela Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) até 1945. Essas notícias foram utilizadas para denunciar as demais violências a que estavam sujeitos tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas portuguesas¹ onde as reivindicações daquele grupo de estudantes não encontravam respostas, Serrano (2008).

O autor, ainda acrescenta que o expressivo crescimento intelectual dos jovens africanos com realce para os angolanos em Portugal, incomodava. O combate ao ocidentalismo, a constante incitação duma África independente através das suas escritas literárias criava desconforto ao governo português que se viu obrigado reforçar a vigilância através da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que reprimia quaisquer manifestações culturais que existisse na altura, mas que não adiantará muito. Segundo o nacionalista angolano Mário Pinto de Andrade, citado por Serrano (2008), aquele grupo de estudantes já estava

¹ Expressão referente às possessões de além-mar, as terras conquistadas e colonizadas pelos europeus ocorrida a partir do século XIX.

consubstanciando o sentimento nacional através dos jornais, centros culturais, das formas literárias que o momento forjou, por mais que fossem formados por resquício da cultura e educação europeia, portanto, o aumento da repressão, as prisões aos estudantes não acabariam inibindo o movimento juvenil até a fundação do PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola).

Este partido foi criado em 1953 por Viriato da Cruz, se configura como o primeiro partido angolano a reivindicar a independência contra os portugueses, a partir de fora em colaboração com o PCA (Partido Comunista Angolano) fundado por Ilídio Machado e Mário Pinto de Andrade em 1955 que um ano depois deu origem ao MPLA (Movimento Para Libertação de Angola), Mateus & Mateus (2015)

O MPLA era, por sua vez, um movimento mais consolidado com membros como Agostinho Neto, António Jacinto e Lúcio Lara, que segundo Serrano(2008), eram escritores e intelectuais angolanos bastante respeitados na época, e criaram um manifesto público em 1956, onde clareiam as suas intenções sobre ideais de unidade nacional e a luta revolucionária que em 1959 e 1960 voltam a despoletar uma vaga de repressões em Luanda, onde uma centena de jovens entre os quais alguns dirigentes do MPLA foram presos e, uns até pós julgamento, foram deportados para as Ilhas de Cabo Verde, fazendo com que implicitamente o MPLA ganhasse a sua primeira batalha política que passava pelo reconhecimento da sua existência enquanto um movimento que buscava se afirmar na condução da independência de Angola que o governo colonial português fingia não existir.

Em 4 de Fevereiro de 1961, a luta ganha um novo rumo, com uma série de ações concretas e simultâneas realizadas em Luanda. O ataque à cadeia de São Paulo, onde se encontravam os presos políticos dos processos de 1959 e 1960. Foi um desses ataques expressivos que permitiu a libertação de muitos presos, como quebrou o imaginário sobre a invencibilidade da PIDE, fazendo crescer a esperança dos jovens angolanos envolvidos sobre a esperada independência. O êxito da ação permitiu, também, a massiva divulgação do ato pela imprensa internacional que naquele momento se encontrava em Angola e deu abertura para os sucessivos ataques ao governo colonial português. Bitencourt (2013)

Nessa ordem, como afirmam Mateus & Mateus (2015), a semelhança do 4 de fevereiro, no dia 15 de março se desencadeiam novos ataques às fazendas do Norte de Angola e nas vilas administradas pelo regime colonial português por parte da UPA (União dos Povos Angolanos) com apoio da República Democrática do Congo, sobre comando de Holden Roberto, essa ação foi reconhecida como uma das mais violentas, cimentando assim, o início da luta armada

anticolonial.

O envolvimento dos camponeses e a colaboração da força externa vinda do Congo permitiu uma guerra a favor da UPA que ganhou notoriedade e reconhecimento português como mais um inimigo, que face a isso se viu na necessidade de se constituir como uma frente nacionalista, pois, a mesma não abrangia as aspirações nacionais que o novo rumo da luta tomou e o contexto exigia, por isso em 1962, Holden Roberto entende a necessidade de mudar o nome da UPA para FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), cujo os objetivos deixam de se limitar na libertação do Norte de Angola e transcendem para todo território angolano. Betencourt, (2013).

Desses novos contornos que a luta tomou, nasce também a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola) como mais uma força anticolonial, fundada em 1966 por Jonas Malheiro Savimbi, originário do Sul de Angola e dissidente da FNLA, que no mesmo ano vai ocupando o Leste de Angola com ajuda das tropas zambianas, realizando sucessivos ataques às forças portuguesas, fragilizando ainda mais o regime português em Angola e marcando a sua presença como mais uma frente de libertação. Dessa forma, a guerra contra os portugueses que até 1963 só havia se estendido a Cabinda, província mais a norte de Angola, em 1966 com a presença da UNITA, se estende ao leste no Moxico, ao Cuando e Cubango. E em 1968 se solidifica no nordeste de Luanda e, por fim em 1969, no Bié no centro do país, Serrano (2008).

O Desenvolvimento da luta anticolonial conduzidas pelos movimentos de libertação de Angola, entre os quais MPLA, FNLA e UNITA vai gerando efeitos e Portugal se vê numa guerra declarada, a chamada luta armada de libertação nacional que vai trazer no seio de diferentes grupos não alinhados, forjando assim uma luta dividida, contra o colono português, Serrano (2008).

O cenário internacional não ajudava Portugal, como afirma (Bittencourt, 2013), a bipolaridade que atravessava o mundo através da Guerra Fria, exercia influência e acelerava os protestos e ataques dos movimentos independentistas, o ideal da construção nacional a nível mundial, centrada no novo Estado movia cada vez mais as suas ações e com o desgaste colonial através da Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal que altera a sua configuração social, política e econômica, Portugal se vê na necessidade de negociar com os movimentos de libertação, pois, não se justificava mais a razão da continuação da colonização, afinal se tornava num novo Estado com valores que chocavam com a prática colonial.

Nessa lógica, em janeiro de 1975 em Algarve se assinalava os acordos de Alvor entre o

governo português e os três movimentos de libertação angolanos a FNLA, o MPLA e a UNITA, o mesmo acordo estabelecia a realização de eleições gerais para a composição de uma Assembleia Constituinte e a entrega da soberania a um governo eleito. O MPLA com o apoio das forças progressistas do mundo, isto é, URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), Cuba e outros países cujo os governos estavam ligados à internacional socialista proclamam a independência em 11 de novembro de 1975. Colocando de parte a UNITA e a FNLA, justificando que a FNLA era um movimento tribalista e a UNITA cúmplice do governo português. Em resposta, a FNLA acusa o MPLA de ser um movimento racista criado por brancos e mestiços filhos dos colonos e a UNITA por sua vez acusa também a FNLA de tribalista e o MPLA de um movimento arrogante e satélite da URSS na África Austral. Assim sendo, se criava as bases para a guerra civil. A UNITA recebendo apoio dos Estados Unidos da América e da África do Sul e a FNLA dos Estados Unidos da América e da República Democrática do Congo que durante anos lutaram em conjunto para a libertação de Angola, intensificando o discurso da guerra sobre pretexto do não cumprimento dos acordos de Alvor de 15 de janeiro de 1975, por parte do MPLA, António (2013).

As contendas eram muitas entre os irmãos e a guerra aconteceu, no primeiro momento entre 1975-1991, envolvendo o MPLA, a UNITA e a FNLA, a mesma foi alimentada pela guerra fria também, pois, Angola se tornou um dos maiores palcos dessa disputa ideológica global fruto do revanchismo entre os EUA e a URSS, como afirma Bittencourt, (2013).

Em 1992, realizam-se as primeiras eleições gerais em Angola, fruto do acordo de Bicesse de 1991, sobre iniciativa da UNITA que orientava o cessar fogo e a unificação das forças militares do MPLA - FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) e da UNITA - FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) para as FAA (Forças Armadas Angolanas), que culminou com as eleições. A eleição teve o MPLA como vencedor com cerca de 49% dos votos contra 40% da UNITA, um resultado não satisfatório para o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, que face aos resultados, decidiu voltar a guerra alegando a existência de fraude durante o processo eleitoral. Assim, em 1992 começa o segundo momento da guerra civil que perdurou até 2002. Embora as eleições de 1992 tenham reformulado a estrutura política de Angola, saindo de monopartidarismo para multipartidarismo, uma iniciativa liberal, até 2002 com o fim da guerra, ainda era difícil encontrar outras marcas na sociedade angolana que refletissem valores democráticos, sendo que o que existia era uma sociedade com marcas muito forte do monopartidarismo levado a cabo pelo MPLA, Bittencourt (2013).

Essa ausência de movimentos sociais independentes no cenário político angolano

mesmo depois da segunda eleição em 2008 e aprovação da constituição da República em 2010 que fundamenta o país como um Estado democrático e de direito durou até 2011 como afirma António (2013), lembrando que até antes dessa data, os movimentos ou organizações se limitavam entre a igreja e ramificações de partidos políticos como seus braços juvenis, organizações das mulheres e outros. Tanto que em 2011, quando nasce o Movimento Revolucionário Angolano, começa a se quebrar o paradigma, uma fase em que o continente africano é banhado por uma onda revolucionária acompanhada de manifestações, greves, passeatas e protestos político para o derrube de certas ditaduras, nomeadamente a Primavera Árabe.

O Movimento Revolucionário de Angola (MRA) fundado em 2011, encontra nesse período de tensão no continente e oportunidade na constituição aprovada em 2010, espaço oportuno para se impor e reivindicar a não continuidade do antigo presidente José Eduardo dos Santos no poder, por mais que o pano de fundo seja de fato a má gestão que refletia na pobreza extrema, corrupção e outros males sociais que assolavam Angola. Já que a constituição reserva o direito à manifestação no seu artigo 47, a campanha “32 é muito” desencadeia uma vaga de manifestações com início nas redes sociais (facebook), Lazaro & Silva (2016).

Dessas manifestações, nasceram novos grupos com intuito de promover mudanças em Angola entre 2011 e 2016. Sendo que em 2012, José Eduardo dos Santos, voltaria a vencer as eleições novamente como fez em 1992 e 2008, frustrando assim a iniciativa do Movimento Revolucionário. No ano de 2015, quando as manifestações voltaram e as detenções de manifestantes cresciam por toda Angola, dezessete jovens, que eram integrantes do Movimento Revolucionário foram acusados e condenados da tentativa de um golpe de Estado, quando discutiam o livro *Da Ditadura à Democracia* de Gene Sharp sobre métodos pacíficos de protesto, julgados por crimes de falsificação de documentos e tentativa de golpe de Estado. Esse caso ficou conhecido com o movimento dos 15+2, Lazaro & Silva (2016).

Com isso, o trabalho abordará sobre como os laços de parentesco estão indissociáveis das estruturas de poder e como esses laços não só influenciam diretamente o apoio e a resistência às iniciativas de movimentos sociais, mas podem atuar como uma espécie de estrutura paralela de poder que define quais vozes ganham espaço e apoio internacional e quais são silenciadas.

2. JUSTIFICATIVA

A discussão sobre movimentos sociais, de forma gradativa e a sua teorização a dada altura teve base nas escolas de pensamentos ocidentais, o que levou a tardia absorção da realidade africana nessa discussão, assim sendo, o debate teórico sobre os movimentos sociais, protestos e manifestações obedeceu, durante anos, uma direção hegemônica e cronológica pautada sobre acontecimento das sociedades ocidentais. Até 1990, nada ligava esse debate às transformações culturais, econômicas, sociais e políticas ocorridas em África como afirma Mutzenberg (2015).

A institucionalização dos sindicatos dos trabalhadores como coletivo contra a exploração patronal, os movimentos socialistas anarquistas contra ascensão capitalista no século XIX, os novos coletivos e revoltas contra a segregação nos Estados Unidos de América pós segunda guerra mundial, clareavam o quão esse assunto estava sobre a esfera ocidental, sendo esses acontecimentos reduzidos a objetos de estudos quando se tratava do debate sobre movimentos sociais. Por mais que Mutzenberg (2015), citando Wamba e Mkamdawire, afirme que em África a tardia teorização dos acontecimentos não colocou de parte a constituição de movimentos sociais e as realizações de protestos, sobre o ideal das lutas pela independência e pós-independência, a "construção nacional", centrada no Estado, e no desenvolvimento, acabou se tornando a base para constituição de movimentos de lutas contra as forças coloniais. Que para Touraine:

A noção de movimento social só é útil quando permite pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, através do qual uma categoria social, sempre particular, que põe em causa uma forma de dominação social apelando a valores contra ela, a orientações gerais da sociedade que partilha com o seu adversário para assim o privar de legitimidade a sociedade civil. Touraine (1997, p. 128)

Nesse sentido, essas lutas feitas pelos movimentos independentistas viram o ideal da construção nacional como base, face a necessidade da institucionalização do novo Estado que deram origem aos protestos que tiveram seus êxitos no início da década 1960 tornando cerca de dez Estados independentes no continente africano. Um número que até ao final da década de 60 cresceria expressivamente com o realce das independências dos Estados francófonos e anglófonos do continente africano. Todavia, Portugal não cogitava conceder a independência às suas colônias tão cedo, por conta da dependência econômica que criou durante o processo

colonial. Na década de 1970, sobre novos ares da geopolítica mundial, Portugal se viu obrigado a conceder. Assim, conquistada a independência em 1975, a paz em 2002, os desafios sociais passaram a ser a conquista dos direitos civis e políticos, bem como, os direitos sociais e econômicos, António (2015).

Nesta senda, a juventude aparece na vanguarda das lutas sociais e procura formas de participar na vida pública como forma de afirmação da sua existência num contexto político em que os espaços de representação são majoritariamente ocupados por velhos atores políticos. Sendo esse panorama o elemento base da escolha do caso 15+2 como objeto de estudo. Isso porque, os estudos sobre movimentos sociais têm sido, na sua generalidade, feitos em países com regimes democráticos já consolidados, e nunca ou raramente feitos em democracias em transição. A presente pesquisa refere-se a um caso onde o regime é caracterizado como estando em transição para a democracia, António (2015). Por outra, Angola é um país governado pelo mesmo partido desde a sua independência, esteve mergulhada quase 30 anos numa guerra civil, o que impossibilitou a construção do Estado democrático e de direito. Por isso, pensa-se ser interessante olhar para a realidade do caso “15+2” para se perceber e inspirar novos estudos sobre a mesma temática, pela atualidade, relevância sociopolítica e acadêmica no campo da Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Em razão disso, as questões provocadas pelos movimentos no país em estudo, exigem maior aprofundamento teórico e crítico da academia.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

A proclamação da paz em Angola, aos 4 de Abril de 2002, entre a UNITA e o MPLA, colocava fim numa guerra civil de 27 anos e abria o país para uma nova era marcada por programas do governo com títulos como reconciliação nacional, preservação da paz e reconstrução do país, portanto, o alinhamento político, econômico, social e cultural do Estado passava por essa lógica. A qual (Bittencourt, 2010) faz menção como uma lógica que impunha o silêncio alimentado pelo medo popular dos acontecimentos de 27 de maio de 1977² e de 1992 quando a UNITA perdeu as eleições e Savimbi decide volta a guerra, fazendo entender que toda tentativa de reivindicação era tida como pretensão a uma nova guerra e era punível nas formas

² Tentativa de golpe de Estado em Angola em 1977, foi uma tentativa que fracassada do Ministro da Administração Interna angolano, Nito Alves, líder do movimento Fraccionista, de derrubar o governo de Agostinho Neto

mais duras possíveis por parte do MPLA, o que cimentou ainda mais o apagamento de grupos ou movimentos sociais até 2011.

Uma realidade que Hernández (2014) denomina passividade provocada, um estado de silêncio imposto, vista como herança do monopartidarismo que se reproduz na pouca liberdade de expressão. Embora o autor tenha estudado a sociedade moçambicana entre os anos 2008 e 2010, é interessante a sua abordagem para entender a nova era dos Estados membros dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com realce para Angola, depois do fim do sistema de partido único naquele território. A afinal, a tardia independência e o contexto da guerra fria conduziram ao poder os movimentos apoiados pela antiga URSS, que quando permitiram a democratização nos seus Estados, transformaram-na numa democracia atípica com marcas muito centralizadoras no poder, o que dificultou a materialização dos elementos democráticos contida nas constituições vigentes nesses países. Neste sentido, o cenário político de 2011, é reflexo dessa herança monopartidária, entretanto, o crescimento dos protestos em África, as ações revolucionárias na África do Norte e posterior em Angola, que estavam cada vez mais visíveis, como destaca Lazaro & Silva (2016). Foi abrindo espaço para um ambiente de instabilidade política no continente.

Em Angola por exemplo, foi notável a inquietação, temor, pânico e medo. As informações que propagavam até pelas mídias angolanas partidarizadas eram no sentido de que angolanos no estrangeiro estavam coniventes com forças de desestabilização de Angola, cujo objetivo era levar mais uma vez o país à guerra e assim anular os ganhos da paz. Na lógica de Hernández (2014), essa reação da sociedade angolana face a situação de 2011 se justificaria, a medida em que o surgimento das manifestações e dos jovens manifestantes era improvável aos olhos do MPLA, e era impensável a luz da população, tudo por conta da passividade provocada, segundo o autor, pelo temor do retorno de guerras, o que gerou momentos apreensivos, ansiosos, tomados até pelo pânico e pelo medo, face as informações, que se propagava. Essas manifestações acabariam sendo motivadas pelas reformas econômicas que elevaram o custo de vida e aumentaram a miséria no país ainda na lógica de Hernández. Embora, Lazaro & Silva (2016), pesquisadores angolanos que assumiram várias formas e contornos sobre o assunto em questão, acrescentam concordando com Hernández que sim, a dado momento a passividade foi ameaçada e o discurso de volta a guerra e as manifestações de 2011 clareavam isso, mas, existiu uma certa influência da Primavera Árabe nos manifestantes angolanos e isso se percebe a medida em que a campanha das manifestações se centrava na retirada do antigo presidente de Angola do poder José Eduardo dos Santos, tanto pelo Movimento Revolucionário Angolano

como parte do seu fragmento 15+2, afinal a Primavera Árabe se traduzia nisto, no fim das ditaduras e José Eduardo dos Santos já somava 32 anos no poder e pretendia alargar o seu governo com reformas constitucionais que lhe remeteriam mais tempo no poder.

O mesmo José Eduardo dos Santos enquanto figura alta do governo angolano, que face as manifestações intensificaram a segurança e atenção às comunidades, fazendo visível o número exacerbado de agentes da polícia e das forças armadas nas ruas, uma medida que denunciava medo, mas, não inviabilizou a saída dos jovens às ruas novamente, a manifestação aconteceu embora, fortemente reprimida, mas, foram dados os primeiros passos e até 2015, aconteceram aleatoriamente algumas. Essa manifestação despertou atenção do governo de tal maneira que o presidente da república se pronunciou, foram realizadas reformas sobretudo na forma de atuação dos serviços de segurança do Estado tutelada pelo MPLA. As perseguições, prisões arbitrárias, os assassinatos, os atentados e a transformação de manifestantes em inimigos do Estado a todo aquele que ousar protestar ou proferir uma palavra contra a gestão de sua excelência e seu o grupo que dentro do seu entendimento soava desrespeito Blanes (2016).

Sendo isto um fato, essas reformas não travaram a continuação das lutas por outros meios, pela insegurança nas ruas e a constante repreensão policial os ativistas adotaram novas estratégias, as reuniões secretas e os estudos para se capacitarem e fortificarem o seu meio em matérias de direitos humanos, revoluções, etc.

E se tornaram cada vez mais intensos até que em junho de 2015 a polícia angolana deteve 13 deles quando participavam de uma reunião discutindo métodos pacíficos de protesto. Dois dias depois, mais dois ativistas foram detidos. As autoridades também apresentaram acusação formal contra duas mulheres ativistas. Ficando conhecido como 15+2. Assim sendo, a partir de critérios e categorias propostas pelos teóricos dos movimentos sociais, pretendemos identificar e examinar no caso angolano nos atores envolvidos nas lutas sociais com realce o caso 15+2. Quem eram? Quais foram as causas que conduziram as lutas sociais desse grupo. Para que? E quais as finalidades dessas lutas, tudo isto, mediante uma análise sociopolítica e econômica pensada na redemocratização do Estado, do ponto de vista do ativismo político em Angola, atravessado pelas relações de parentesco.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar o impacto das relações de parentesco na formação, mobilização e ações do Movimento 15+2, analisando como esses laços influenciam a estrutura e a dinâmica do ativismo político em Angola, especialmente no contexto de um Estado em transição democrática.

Objetivos Específicos:

1. Identificar as influências sociais e culturais das redes de parentesco no fortalecimento do Movimento 15+2, analisando como as relações familiares se entrelaçam para a formação, resiliência e coesão do grupo.
2. Examinar os fatores históricos e sociopolíticos que motivaram a emergência do Movimento 15+2, com foco na juventude angolana e nas demandas por maior liberdade política e justiça social, no período pós-guerra civil.
3. Analisar os discursos e as práticas de ativismo do Movimento 15+2, a partir de categorias e teorias dos movimentos sociais, com ênfase nas formas de resistência e nas estratégias de reivindicação por direitos e transparência política.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

1.1.1 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO

A evolução da democracia representativa criou formas de participação política que não se limitam apenas ao voto, a fim de que os cidadãos não precisem aguardar as eleições para participar nos assuntos públicos. Além do voto, a participação política envolve uma série de práticas como afirma Bobbio (2010), como a conscientização e a organização; pertencimento a um partido político; exercício de função pública; participação em reuniões, movimentos e associações; prática do exercício da crítica; apoio a um candidato no decorrer da campanha eleitoral; exercício de pressão sobre dirigente político, entre outras.

Ao contrário de Bobbio, Boot e Seligson, citados por Borba (2012), olham a participação política pelo prisma tradicional, através do voto com o foco na escolha dos governantes, desta feita, conceituam como um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos. Enquanto, (Borba 2012), a definiu como a ação de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos, limitando a

participação no simples objetivo da influência, sem procurar elementos que possam determinar e materializar tal facto na verificação dos resultados de tal participação.

Milbrath (1965) afirma que os comportamentos participativos na atuação política ocorreriam da seguinte forma, em termos de custos e complexidade, às seguintes modalidades: **1)** expor-se a solicitações políticas; **2)** votar; **3)** participar de uma discussão política; **4)** tentar convencer alguém a votar de determinado modo; **5)** usar um distintivo político; **6)** fazer contato com funcionários públicos; **7)** contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; **8)** assistir a um comício ou assembleia; **9)** dedicar-se a uma campanha política; **10)** ser membro ativo de um partido político; **11)** participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; **12)** solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; **13)** candidatar-se a um cargo eletivo; **14)** ocupar cargos públicos.

Este modelo concebido por Milbrath (1965) é denominado “modelo da centralidade”. Nele, os cidadãos são divididos em três grupos, de acordo com o nível de engajamento na ação política. Assim, teríamos os passivos (que não participam), os espectadores (envolvimento mínimo) e os gladiadores (ativistas). Tais níveis formariam uma pirâmide, onde as atividades mais complexas seriam aquelas desenvolvidas pelos cidadãos mais centrais da estrutura social, ativistas. Desta feita, podemos constatar que a participação não se reduz apenas a um único elemento tradicional (voto) mas, a uma gama de ações com vista a envolver os cidadãos nos assuntos públicos.

Norris (2001) sustenta que a participação política dos cidadãos na vida pública ocorre a partir de uma mediação feita por instituições da sociedade civil organizada, a saber: grupos de interesse, novos movimentos sociais, partidos políticos e a mídia. Como podemos verificar nesta definição, existe uma conexão de elementos com vista a influenciar a tomada de decisões públicas, onde é ressaltada a existências dos movimentos sociais como agentes de participação política. Já para Viegas, Belchior e Seiceira (2010), a participação política compreende as atividades dos cidadãos direcionadas para influenciar a escolha dos governantes e as suas decisões, as atividades de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes na utilização da internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado, poderemos conjecturar o alargamento do âmbito da participação incluindo as redes sociais online, como ferramenta necessária no ato de participação. Neste ambiente que emergem novas formas de participação, como, por exemplo, através da Sociedade Civil e dos movimentos sociais.

5.1 SOCIEDADE CÍVIL

Julien Freund (1965) entende que a sociedade civil seria uma componente básica da esfera privada, mas que não deixa de desempenhar um papel central nas relações entre esta e a esfera pública. Ela é definida na perspectiva do autor como um lugar onde o privado e o público se misturam continuamente, seja através de compromissos ou através de tensões, como o teatro da dialética entre o privado e o público. Entretanto, para não cair na armadilha de concepções dualísticas, devemos começar por conceber a sociedade civil na sua estreita ligação com a sociedade que a produziu, olhando para o público e o privado como categorias dialéticas cujos conteúdos são susceptíveis de sofrer alterações ao longo do tempo. Nessa senda, John Lock concebe sociedade civil como algo ligado à modernidade, baseado na noção de vida associativa voluntária como produto da modernidade, inscrevendo a noção numa antinomia entre o moderno, avançado, e civilizado contra o tradicional, primitivo, e atrasado, enquanto Hegel e Marx que tendem a identificar a sociedade civil com sociedade burguesa, algo ligado à Europa e que se desenvolve num contexto histórico no qual as transações eram determinadas pelas forças do mercado Cardoso (2008).

A dicotomia entre as esferas pública e privada expressam estes conceitos numa linguagem que opõe Estado à sociedade civil, confundindo esta última com esfera privada e integrando nela elementos tão heterogêneos como a família, os movimentos sociais, partidos políticos, empresas e tudo que não seja diretamente gerido pelo Estado. A partir daqui, é possível deduzir que a relação entre o Estado e a sociedade civil não se resume apenas na dimensão da luta pela influência de opiniões, mas de constituir uma componente fundamental desta relação nas sociedades de hoje sob forte influência dos meios de comunicação de massas. Dito isto, não estamos a pôr em causa a utilidade da concepção acima descritas para a análise das sociedades civis contemporâneas e nem estamos a sugerir que esta visão não seja pertinente para o debate sobre a noção da sociedade civil hoje em dia que em relação à noção de sociedade civil de Gramsci parece-nos pertinente o facto de conceber a sociedade civil numa perspectiva desenvolvimentista, isto é, como algo formatado por exigências económicas e éticas e por condições históricas específicas. Para não cair na armadilha de concepções dualísticas, devemos começar por conceber a sociedade civil na sua estreita ligação com a sociedade que a produziu, olhando para o público e o privado como categorias dialéticas cujos conteúdos são susceptíveis de sofrer alterações ao longo do tempo. nessa senda John Lock, concebe sociedade civil como algo ligado à modernidade, baseado na noção de vida associativa voluntária como produto da

modernidade, inscrevendo a noção numa antinomia entre o moderno, avançado, e civilizado contra o tradicional, primitivo, e atrasado, enquanto Hegel e Marx que tendem a identificar a sociedade civil com sociedade burguesa, algo ligado à Europa e que se desenvolve num contexto histórico no qual as transações eram determinadas pelas forças do mercado Cardoso (2008).

E para o caso que nos interessa aqui, nomeadamente o da relação entre sociedade civil e o Estado através do ativismo político parece ser fundamental, o fato de Gramsci reconhecer algo que sempre esteve no centro da noção liberal, nomeadamente a importância das associações em formatar as normas sociais. Portanto, o conceito de sociedade civil carece, no entanto, de um referente claro e distinto como afirma Cardoso (2008). Qualquer leitura deve ser feita a partir de uma perspectiva bem determinada, e por isso pode-se questionar se o conceito pode ser tomado como algo universal aplicável a todas as sociedades e em todas as épocas.

5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA

A definição sobre os movimentos sociais carece de unanimidade e sempre suscitou controvérsias, dado que, tal temática é fruto das perspectivas de abordagem que marcou diferentes escolas de pensamentos em acesas discussões. Na perspectiva de vários estudiosos como Bobbio (2010) e Touraine (1973) os movimentos sociais resultam da ação coletiva, no sentido de dar visibilidade a uma determinada causa social, cujo objetivo represente as aspirações dos coletivos sociais. Enquanto a ação coletiva é essencialmente caracterizada como ação comum tendo como objetivo atingir fins partilhados. No entanto, são duas abordagens diferentes, mas, que casam perfeitamente por conta da interdependência.

Melucci (2001), vai mais longe ao afirmar que a ação coletiva permite o alargamento dos processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação, demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são apenas capazes de aprender, mas são cada vez mais caracterizadas pela sua capacidade social de refletir, ou seja, de aprender a aprender. O autor identifica, no entanto, um conjunto de características sociais que podem levar à denominação de uma ação como coletiva: 1) As ações que envolvem simultaneamente um grupo de indivíduos ou grupos; 2) As ações que exibem características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo; 3) As ações que impliquem um campo de relações sociais; 4) As pessoas envolvidas atribuem sentido à ação em causa. Estes e outros argumentos,

direcionam os movimentos sociais como forma de ação coletiva, clareando a relação de dependência entre elas acima mencionada, pelo que de forma específica pode reverter para ações de participação e ativismo político.

Esta posição argumentativa casa com a abordagem de Castells (2013) que levanta uma série de questões sobre a razão e prognóstico dos movimentos sociais, como se enunciam: De onde vêm os movimentos sociais? E como se formam? O autor associa a gênese da mesma na injustiça que ocorrem nas sociedades reproduzindo-se entre exploração econômica, pobreza, desigualdades, política não democrática, estados repressivos, justiça desigual, racismo, xenofobia, negação cultural, censura, brutalidade policial, belicismo, fanatismo religioso, indiferença para com o planeta azul, desrespeito da liberdade pessoal, violação da privacidade, gerontocracia, intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades na longa galeria de retratos das monstruosidades que fazemos.

Já na perspectiva de Touraine (1973), que prefere a designação de movimentos societais, encarando como sendo aqueles que combinam um conflito social, com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Assim sendo, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social, fazendo assim, uma distinção entre movimentos societais, culturais e históricos.

Portanto, as tentativas de sínteses nesta área sobre os movimentos sociais têm sugerido a existência de quatro grandes perspectivas analíticas. Em primeiro lugar, a perspectiva do comportamento coletivo, considerando a ação coletiva como resultado colateral das rápidas mudanças sociais, estando desta forma associada à ideia de crise. Em segundo lugar, surge a teoria da mobilização de recursos, que discute o papel focal das organizações de movimentos sociais e das redes formais e informais que facilitam a comunicação e coordenação entre grupos, salientando a existência de condições concretas que facilitam a emergência da ação coletiva. Em terceiro lugar, a escola do processo político, procura discutir as condições racionais de emergência da contestação, releva o modo como as instituições políticas formais ou determinados alinhamentos mais informais de atores relevantes condicionam a potencialidade de grupos mais despojados efetivamente desafiaram a ordem existente, explorando assim momentos de abertura do sistema político. Finalmente, surgem as teorias dos novos movimentos sociais, que surgiram na Europa em meados dos anos 60, focando a emergência de novas arenas de conflito, relevando o declínio do conflito central entre as classes da sociedade industrial (o patronato e o proletariado) e a proliferação e diversificação de novos movimentos,

ligados a outras categorias sociais de cariz mais identitário a semelhança dos movimentos sociais em África, Milbrath (1965).

5.3 MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁFRICA

A intensificação das manifestações públicas em África, realizados pela sociedade civil, tem crescido bastante nos últimos anos e desempenhado um papel importante na participação da vida pública. Embora isto seja um fato inegável, como afirmam Bussoti & Muzenberg (2016), é interessante também, o fato de que a literatura científica sobre os movimentos sociais africanos continua insuficiente e não acompanha a dinâmica dos movimentos sociais no continente africano, se comparada com o mesmo. Por mais que tem crescido o interesse para com este assunto por parte de muitos estudiosos, especialmente a partir dos anos noventa que se figura como o ponto de viragem fundamental para a sociedade africana e, conseqüentemente, para os movimentos sociais como afirma Muzenberg (2015). E isto deve-se a democratização e liberalização introduzida ou imposta a muitos países africanos nesta época, em estreito relacionamento com a queda do Muro de Berlim e fim da experiência comunista na antiga União Soviética.

Este acelerado processo de democratização tem sido visto pelos governos africanos como uma necessidade obrigatória imposta de fora. Embora, a materialização da mesma, ameace à manutenção dos seus poderes político e econômico, um preço que eles tiveram de pagar para retribuir as ajudas externas com vista a solucionar problemas econômicos e financeiros nos seus países, problemas que eles mesmo criaram. Por conta disto, estão sujeitos a aprovar constituições liberais, embasadas no respeito dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Porém, realizam esforços enveredados para restringir, na esfera pública, o debate político. Dessa forma, as reformas impostas são tornadas, o mais possível, inefetivas. Esta ambigüidade tem produzido contradições na atuação dos governos africanos. Por um lado, legalmente, o Estado democrático e de direito do ponto de vista constitucional é garantido, por outro, na prática o Estado age de forma autoritária. Uma das maiores repercussões consiste nos resultados de processos eleitorais fraudulentos legitimado pela comunidade internacional, Bussoti & Muzenberg (2016). Assim, com a difusão de instituições de ensino superior e, de indivíduos com elevada formação acadêmica, juntamente com o incremento das desigualdades econômicas, se constituiu as razões para o desenvolvimento de protestos sociais por parte de movimentos localmente organizados. Lembrando que África é o continente com os países mais

desiguais em comparação a vida das suas populações, perdendo só para China e Índia e ainda é o continente com menos liberdade de imprensa como afirma Karikari (2010), a junção desses problemas deu origem as desordens sociais.

Portanto, estudiosos procuraram delinear os movimentos sociais e políticos em África, a partir de um referencial histórico específico. Larmer (2010), por exemplo, trouxe quatro períodos para caracterizar os movimentos sociais africanos: as lutas nacionalistas e independentistas (1950-1960); a formação dos novos Estados africanos, com a incorporação dos movimentos sociais no seio das estruturas institucionais (1960-1975); o ajustamento econômico e estrutural (1975-1989) e finalmente, os movimentos em prol da democracia (1990-2010).

Brandes e Engels (2011) propuseram uma periodização diferente: colonização e descolonização, poder do Estado, transformações políticas nos anos noventa, com a abertura democrática, finalmente a cooptação da sociedade civil por parte das agências internacionais e o Banco Mundial, sob o lema da luta contra a pobreza.

Em suma, os movimentos sociais em África não são novos como tentam evidenciar as literaturas científicas sobre movimentos sociais, mas é evidente que, a partir dos finais da década 2000 eles alteraram a configuração se comparados com as agitações e demonstrações ocorridas antes do início desse período histórico.

5.4 ATIVISMO POLÍTICO EM ANGOLA

Milhazes (2013), sustenta que podemos considerar o prenúncio do ativismo político angolano com o eclodir do 27 de maio de 1977, onde foram registradas as primeiras manifestações pós independência em Luanda a favor de Nito Alves, então Ministro da Administração Interna e membro do Comité Central do MPLA, o partido no poder. As manifestações foram reprimidas por militares angolanos e cubanos. A seguir, Nito Alves e os seus apoiantes foram perseguidos. Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola, também do MPLA, classificou o grupo como fraccionistas e as manifestações como uma tentativa de golpe de Estado. Dezenas de milhares de angolanos foram torturados pela polícia política angolana. Não se sabe, quantos foram assassinados sem julgamento, com o liquidar dos opositores dentro do partido encabeçado por Agostinho Neto, arrasando uma camada de jovens e uma camada da população que estava a aprender a gerir um país e que foi decapitada, sobrando os menos capacitados que estavam no poder. Neste período, Angola adotou o regime comunista

com a fundação do MPLA – PT (Movimento Popular para Libertação de Angola – Partido do Trabalho), o que cimentou as fortes restrições dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Em 1990, com a renúncia formal da ideologia marxista-leninista pelo Partido-Estado (MPLA), fruto da crise econômica e o declínio da União Soviética. O MPLA se vê obrigado a aprovar uma nova Lei de revisão constitucional (Lei 12/91), servindo de base para os acordos de Bicesse. Com essa revisão Constitucional surgem as Leis das Associações, dos Partidos Políticos e das Manifestações, fazendo jus a proclamação de um Estado democrático e de direito, mesmo num contexto de guerra civil entre as forças militares do MPLA e UNITA que viria a terminar em 2002. Hodges (2002)

A lei 12/91, não evitou a ausência de movimentos independentes no cenário político angolano entre 2002 - 2011, foram nove anos de silêncio total esforçados pelos traumas da guerra civil. Neste intervalo de tempo, o espaço político foi dividido por partidos políticos que pretendiam chegar ao poder como afirma, Hodges (2002)

Blanes (2016), por sua vez, reconhece que o ano de 2011, trouxe à ribalta, novos intervenientes no espaço político angolano permitindo a sua abertura. Esse momento a juventude passou a se inspirar em métodos pacíficos de fazer a revolução e de tentar mudar o curso da história de Angola, por ser uma geração que tinha uma fraca memória do que foi a guerra. É também uma geração que tem maiores exigências em termos de educação, em termos de emprego e em termos de melhoria das condições de vida, não só ao nível pessoal como ao nível da própria sociedade. Assim, sentiram que era altura de fazerem algo pelo país. E essa altura, começa precisamente por lutarem pela mudança das práticas do atual regime, que estava encapsulada na figura do Presidente da República que detinha o poder absoluto em Angola. Coque Mukuta, na sua obra Os Meandros das Manifestações em Angola, refere que o ano de 2011, foi fundamental para o exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos angolanos. Ante disso, a guerra e o episódio de 1977 criou nos angolanos um medo que passava de geração em geração e que lhes impossibilitava exercitar os seus direitos. Por isso, as manifestações de 7 de março, de 22 de abril, 3 de setembro e 3 de dezembro de 2011, foram essenciais para quebrar o medo e ampliar o espaço político, trazendo novos atores, entre eles os ativistas e movimentos sociais que ganharam atenção do debate público como o Movimento Revolucionário Angolano que esteve na base da criação das manifestações. A elevada miséria e a aprovação da Constituição da República em 2010, motivaram as manifestações de 2011,

cujo o objetivo passava pela retirada do presidente da república que não teve sucesso, Blanes (2016)

Blanes (2016) afirma ainda que a reeleição do presidente José Eduardo dos Santos em 2012, frustrará os ativistas ao ponto de muitos deles desistirem da luta, a repressão da polícia de forma desmedida, as prisões e perseguições aos ativistas estiveram na base para desistência de muitos. Logo, a campanha 32 é muito, que foi o ideal das manifestações que visavam derrubar do ex presidente José Eduardo dos Santos teve que ser interrompida.

Já desestabilizado, o grupo se viu mergulhado por quase cinco anos de silêncio. As atenções voltaram-se novamente aos políticos partidarizados e as manifestações haviam parado. O cenário era de reflexão para uns e para outros de desistência total até que em 2015 descobri-se que parte dos ativistas que começaram com as manifestações em 2011, estavam em encontros de estudos constantes criando novos mecanismos de lutas e que haviam sido detidos pela polícia, acusados de golpe de Estado, estes foram denominados de 15+2. As detenções dos mesmos repercutiram numa onda de manifestações dentro e fora de Angola, com pronunciamentos de figuras de destaque da elite intelectual mundial, o que influenciou no fim do processo. Portanto, face a esses fatos, Blanes (2016) considera que o ativismo político angolano é concebido por essas três fases sequenciais e que cada uma dela exerceu um papel importante para democratização do país e conseqüentemente para o exercício livre da cidadania.

5.4.1 OS 15+2.

Caracterizado pela diversidade de gênero e classe social, o grupo é constituído por músicos, engenheiros, professores universitários, trabalhadores por conta própria e estudantes, residentes entre os bairros da periferia e do centro de Luanda. Segundo Miguel (2021), esse grupo era o resquício de um movimento o que teve início em 2011 e estava bastante desarticulado, sem nunca assumir a posição de alguma liderança, esse remanescente encontrou espaço para se manter, na perspectiva de defenderem um objetivo comum: uma sociedade mais atenta aos seus direitos, uma sociedade mais livre, com maior liberdade de expressão.

O Movimento dos 15+2 emergiu em 20 de junho de 2015, na sequência da detenção de 17 ativistas que participavam de uma reunião cujo objetivo era discutir o livro de Gene Sharp, intitulado “Da Ditadura a Democracia”, a fim de aprimorar os métodos pacíficos de protestos que visavam dar continuidade à luta para retirar do poder o presidente José Eduardo dos Santos que estava há mais de 32 anos de governação. Entre os ativistas destacam-se, Domingos da Cruz, Afonso Mayenda (Mbanza Hanza), Luaty Beirao, Manuel Nito Alves, Albano Bingo, José Gomes Hata, Hitler Samussuko, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo, Dito Dali, Francisco

Mapanda, Laurinda Gouveia e Nicolas o Radical. Os mesmos foram detidos e acusados de planearem um golpe de estado contra a antiga estrutura governativa, Blanes (2016)

Com aproximadamente cento e oitenta dias de cadeia preventiva, no dia 18 de dezembro de 2015, os 15+2 foram postos em liberdade e colocados em prisão domiciliar logo após uma decisão proferida em 15 de dezembro de 2015 pelo Tribunal Provincial de Luanda. Os jovens ativistas permanecerão em prisão domiciliar enquanto aguardavam o julgamento, que foi retomado em 11 de janeiro de 2016. No dia 28 de março de 2016, o Tribunal Provincial de Luanda. condenou-lhes com penas compreendidas entre dois a oito anos de cadeia, com realce a Domingos da Cruz que teve a maior pena entre todos, oito anos e seis anos de prisão, acusados pelos crimes de atos preparatórios de rebelião e associação de malfeitores. Miguel (2021)

A condenação mereceu pronunciamentos de toda a parte do mundo em consequência do seu impacto, figurou também como manchete dos principais jornais nacionais e internacionais com realce a Euronews e a BBC, e teve atenção das maiores instituições internacionais sobre direitos humanos como Human Right Watch, Open Society Fundations, Amnesty Internacional, União Europeia e do governo Português que consideravam ilegal a detenção. As manifestações cresceram significativamente e angolanos na diáspora e no país criavam vigílias e manifestaram em frente do tribunal durante todo o processo. A presidência da república foi obrigada a participar de várias conferências de imprensa para dar informações sobre a situação. Embora, o governo mantivesse impávida a situação, considerando os jovens de frustrados e merecedores de uma condenação. Essa posição do governo perdurou até que a prisão dos envolvidos levou a comunidade internacional a levantar suspeita sobre questões de direitos humanos em Angola. Nessa senda, para salvaguardar a bela imagem construída a nível internacional, foi então aprovado a lei de Anistia que conduziu ao fim do processo, sendo que no dia 30 de junho de 2016, Tribunal Provincial de Luanda, absorveu-lhes dos crimes outrora acusados e condenados (MIGUEL, 2021).

Por isso, Blanes (2016) aponta o movimento dos 15+2 como terceiro e o mais importante marco do ativismo político angolano entre 1975 a 2016. O autor clareia que a detenção dos 15+2 efetivou de concreto aquilo que os ativistas buscavam desde 2011: a abertura da sociedade e a queda do presidente José Eduardo dos Santos. Miguel (2021) acrescenta que a repercussão atingiu níveis não esperados, ao ponto de no ano de 2016 José Eduardo dos Santos pronunciar-se sobre o seu abandono do poder.

5.4.1 OS 15+2 E O PARENTESCO

O envolvimento do governo português e a repercussão internacional do movimento 15+2, indignava muitos angolanos. Parecia, na altura, existir uma chuva de notícias internacionais sobre a situação dos mesmos. A questão que figurava, de acordo com a situação era porquê da intervenção do governo português e somente agora. Blanes (2016) considera até um contra senso tal ação, afinal Portugal, era visto como forte parceiro do governo angolano nas vestes do MPLA, a razão não se justificava ainda mais quando se atrelava ao silêncio do governo português e outras instituições, face às manifestações de 2011, sendo que em seus pronunciamentos, os portugueses associavam a falta de lisura no processo e afirmaram que a prisão era uma ação contra os direitos humanos.

A indignação continuou em meio julgamento até que o jornalista José Gama, através do jornal Clube K - Angola³ publicou uma matéria sobre a vida dos 15+2. Nessa matéria, Gama fazia conhecer quem eram eles a partir do seu historial desde a infância até a fase em que se encontravam, foi assim que entre os 17, se destacavam Luaty Beirão que é filho de João Beirão, amigo do ex presidente, filiado ao MPLA e diretor geral da Fundação José Eduardo dos Santos-FESA. Por sinal, era também cidadão português por ter duas nacionalidades, Domingos da Cruz, advogado, jornalista, escritor e professor universitário, denominado pelo grupo como ideólogo, um cidadão com a vida feita e parte da elite intelectual angolana, Nicolas o Radical, mecânico de profissão, pai de família e desempregado, residente nos subúrbios de Luanda e Laurinda Gouveia, mãe solo de dois filhos, vendedora ambulante e residente também nos subúrbios de Luanda. A partir dessas informações foi possível entender a intervenção das grandes instituições internacionais e de Portugal, diferente de Laurinda e Nicolas, Luaty e Domingos foram os responsáveis da solidariedade internacional como afirma Miguel (2021).

A partir dessa perspectiva é possível perceber que o parentesco atravessa as estruturas ainda que camuflado pela nacionalidade, gerando influência na tomada de decisão das estruturas social, política e religiosa, Pereira (2008). Embora, a autora analisa a realidade do grupo étnico Bakongo, é perceptível o cumprimento desse conceito no caso 15+2. Afinal o parentesco do Luaty influenciou a maneira como a mídia, as organizações internacionais e os governos de Angola e Portugal se posicionaram face a situação. Como afirma Miguel (2021),

³ CLUB-K.net é um portal informativo angolano ao serviço de Angola sem afiliações políticas e sem fins lucrativos cuja linha editorial consubstancia-se na divulgação dos valores dos direitos humanos, educação, justiça social, análise de informação, promoção de democracia e denúncias contra abusos e corrupção em Angola.

o fim do processo judicial do movimento 15+2, foi influenciado por essa condição, que dialogando com Appiah (2007) na sua obra *Na Casa do Meu Pai*, se verifica que o parentesco acompanha a dinâmica das sociedades, a partir da sua experiência, o autor clareia que a posição social de um pai pode influenciar socialmente a posição do filho.

A análise do movimento 15+2 em Angola revela como laços de parentesco e conexões sociais transpassam as fronteiras da nacionalidade e atuam como força determinante na configuração de influências políticas, sociais e até religiosas. A partir da visão de Pereira (2008), que discute as dinâmicas de parentesco no grupo étnico Bakongo, é possível estender a aplicação de sua tese para entender o contexto dos ativistas angolanos. A estrutura de parentesco que envolve algumas das figuras centrais desse movimento, como Luaty Beirão, extrapola o nível familiar, exercendo impacto direto no modo como o movimento foi interpretado e apoiado por instituições internacionais e governos, particularmente o de Portugal.

Luaty Beirão, que mantém uma ligação familiar com figuras próximas ao ex-presidente de Angola, é exemplo dessa influência intrincada e profunda, que configura o modo como sua luta e a dos outros membros foram entendidas e apoiadas. Como destaca Miguel (2021), essa rede de relações interpessoais – que podem parecer acidentais, mas são, na verdade, elementos constituintes de poder no contexto angolano – condicionou a visibilidade e a intervenção de diversas entidades no caso 15+2, oferecendo proteção e, de certa forma, reforçando a legitimidade das demandas do grupo. Essa visão é corroborada pelas ideias de Appiah (2007), que em *“Na casa do meu pai”* argumenta que as estruturas de parentesco moldam e sustentam as dinâmicas de pertencimento e reconhecimento social, projetando as posições dos pais para os filhos e, com isso, ampliando ou dificultando sua aceitação e apoio social.

A hipótese central que se desenha a partir dessa análise é a de que, em sociedades onde os laços de parentesco estão indissociáveis das estruturas de poder, esses laços não só influenciam diretamente o apoio e a resistência às iniciativas de movimentos sociais, mas podem atuar como uma espécie de estrutura paralela de poder que define quais vozes ganham espaço e apoio internacional e quais são silenciadas. Dessa forma, o caso do movimento 15+2 aponta para uma questão maior: até que ponto a base de parentesco e redes de poder pessoal moldam o sucesso e a recepção de movimentos de resistência e de luta política, especialmente em contextos onde as relações de parentesco estão intrinsecamente conectadas às dinâmicas de governança e controle social?

Isso nos leva a uma outra reflexão sobre a própria natureza do ativismo político no continente: até que ponto as redes de influência pessoal e familiar podem ser consideradas um elemento

essencial nas dinâmicas de resistência e transformação social em Angola e em outros contextos africanos similares?

6. METODOLOGIA

A presente pesquisa está voltada para a análise interpretativa do Movimento 15+2 em Angola, com foco na dinâmica de parentesco como elemento estruturante do ativismo político. Segundo Minayo (2001), as pesquisas desse gênero buscam aprofundar-se no entendimento das interações sociais, interpretando realidades complexas com base na subjetividade dos envolvidos. A escolha deste método permite uma abordagem detalhada e contextualizada dos dados, considerando as representações e significados atribuídos pelos próprios participantes do movimento. A pesquisa adota uma abordagem descritiva e interpretativa, conforme proposta por Flick (2004), que ressalta a importância de captar as perspectivas dos indivíduos diretamente envolvidos no objeto de estudo. Para acessar os dados relevantes ao estudo, optamos pela análise de fontes secundárias, incluindo documentos oficiais, artigos e livros acadêmicos, relatórios de ONGs e reportagens da mídia local e internacional. A análise documental, como afirma Bardin (2011), é essencial para observar, interpretar e extrair dos materiais escritos, o que permite um exame mais denso das questões políticas e de parentesco presentes no movimento angolano 15+2. Essa técnica também facilita a triangulação de dados, necessária para aumentar a confiabilidade e a profundidade da análise.

A análise dos dados segue o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), visando identificar padrões discursivos e significados emergentes dos textos analisados. A metodologia inclui entrevistas com participantes diretamente envolvidos, permitindo uma compreensão mais profunda das conexões entre elementos de parentesco e a mobilização para o ativismo político. Essas entrevistas, conduzidas com base em critérios de seleção que consideram a relação entre os indivíduos e o ativismo político, fornecem dados qualitativos fundamentais para a análise. Por meio dessa abordagem, fundamentada na "descrição densa" de Geertz (1973), o estudo busca capturar não apenas as experiências individuais, mas também os contextos sociais e culturais que moldam o Movimento 15+2. Assim, a coleta e a análise de entrevistas possibilitarão uma compreensão detalhada dos significados atribuídos pelos entrevistados a suas ações, permitindo uma reflexão crítica sobre a continuidade histórica e a

relevância cultural e política dos movimentos sociais em Angola na preservação da memória coletiva.

7.

CRONOGRAMA

	Ano 1 – 2024/2025										
ATIVIDADES	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J
Disciplinas	x	x	x	x		x	x	x	x		
Levant. Bibliográfico	x	x	x	x		x	x	x	x		x
Levant. de Fontes								X	X	X	X

	Ano 2 – 2025/2026										
ATIVIDADES	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J
Análise de fontes	x	x	x	x		x	x	x	x		
Redação Dissertação			x	x	x		x	x	x	x	
Defesa da Dissertação											

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Nelson Domingos. Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola. Rio de Janeiro. 2013.
- APPIAH. Kwame, Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Editora Contraponto. Rio de Janeiro. 2007.
- BALANDIER, G. Antropologia política. São Paulo: Martins Fontes. 1982
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. 2011
- BITTENCOURT, Marcelo. Nacionalismo, Estado e Guerra em Angola, UFRJ. 2013.
- BLANES, Ruy Llera. “O ativismo em Angola: o que querem esses revús?” Revista Por dentro da África. 2016 – Disponível em <http://www.pordentrodaafrica.com> Acessado em 23.set. 2024
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Editora UnB. Brasília. 2010
- BORBA, J. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A CENTRALIDADE DOS REPERTÓRIOS. Revista Debates, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 123, 2012. DOI: 10.22456/1982-5269.26167. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26167> . Acesso em: 30 out. 2024.
- BRANDES. ENGELS, Friedrich. Socialisme Utopique et Socialisme Sientifique. Paris, Aden, 2011.
- BUSSOTTI, L e MUZENBERG, R « Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias », Cadernos de Estudos Africanos 2016. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1996> ; DOI : 10.4000/cea.1996 O trabalho Cadernos de Estudos Africanos.
- CARDOSO, Carlos: Sociedade Civil, Espaço Público e Gestão de Conflitos: o caso da Guiné-Bissau, CODESRIA, Dakar, 2008.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 2013
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman. 2004
- FREUND. JULIEN. Rio de Janeiro, Cia. Editôra Forense, 1969. Tradução de *Sociologie de Max Weber*. 2ª. edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC. 1973
- HÉCTOR Guerra Hernández, «Modernidade seletiva e estado predador», *Horizontes Antropológicos*, Vol.41 201-232. 2014.
- Karikari, K. África media breaks ‘culture of silence’. *African Renewal*. 2010.
- LARMER, M. (2010). Social movement struggle in “Africa. Review of African Political Economy” randes, N., & Engels, B. (Eds.) (2011). Social movements in “Africa. Stichproben - Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien, 20, pp. 1-15.
- LÁZARO, G e SILVA, O « Hip-hop em Angola: O rap de intervenção social », Cadernos de Estudos Africanos [Online], 31 | 2016.
- MATEUS. Dalila, Cabrita; MATEUS. Álvaro. Angola 61 Angola 61 - Guerra Colonial: causas e consequências. Texto, Editora. 4.Edição. Portugal. 2015.

- MELUCCI, Albert. A Invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades
- MIGUEL, Oliveira. Adão. O papel dos 15+2 uma redemocratização angolana (2011-2019): memórias de lutas de um movimento social. Bahia. 2021.
- MILBRATH, L. W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MILHAZES, José. Golpe Nito Alves E Outros Momentos Da História De Angola Vistos Do Kremlin Aletheia Portugal. 2013.
- MINAYO, MC de S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec. 2001
- MUZENBERG, R. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: Pontos para uma análise dos protestos sociais em África. *Revista Sociedade e Estado*. 2015
- NEVES, J. Pesquisa qualitativa: Características, uso e possibilidades. São Paulo: Editora Atlas. 1996
- NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. University Press. Cambridge. 2001.
- NUNES, Filipe, *Desigualdades sociais e Ação coletiva na Europa*. ISCTE.Lisboa. 2011
- PASQUINO, Gianfranco. *Manual de Ciência Política*, Alianza Editorial. Salamanca. 1996.
- PEREIRA, Luena, Nascimento, Nunes. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. São Paulo. 2004.
- SERRANO, Carlos, Angola. *Nascimento de um Nação, um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*, Edições Kilombelombe, Luanda, 2008.
- TOURAINÉ, A. *O Retorno do ator: Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget. 1984
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Editions du Seuil. 1973.
- VIEGAS, A BELCHIOR, F SEICEIRA. *Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise Comparada Europeia*. JML 2010.